

[103]

## *Agricultores urbanos ?*

24 – 03- 01

[Não se deve inferir que eles deixam o campo para encarar desemprego e violência nas cidades]

[Renda do agricultor familiar não depende só da produção do pequeno sítio]

Alguns pesquisadores dizem que no Brasil há grande excesso de agricultores. Ao examinarem as contas dos que dispõem de menos de 100 hectares, notam que nem mesmo um terço tira da lavoura renda familiar superior a 2 salários mínimos. Deduzem daí que metade desses 4,3 milhões estabelecimentos não tem condições de sobreviver. A prova seria a acelerada urbanização que jogou 82% da população nas cidades. Este resultado do Censo de 2000 seria, aliás, a “evidência definitiva” de que os agricultores trocam o campo pelo desemprego e pela violência do Brasil urbano.

São conclusões temerárias que colidem com a permanência extraordinariamente duradoura desses produtores de pequeno porte por toda a segunda metade do século 20. Nos sete censos agropecuários realizados desde 1950, a participação do que têm menos de 100 hectares nunca se distanciou de 90% do total dos estabelecimentos, e sempre lhes coube 20% da área. Por isso, antes de aceitar que haja excesso de agricultores, qualquer pessoa seriamente interessada no Brasil rural deve fazer-se pelo menos duas perguntas. Será que a renda agrícola familiar é que determina a capacidade de sobrevivência da espécie? Será que o “grau de urbanização”, tal como é calculado no Brasil, mostra que ex-agricultores estão em marcha para os centros urbanos?

Não há dúvida que a renda agrícola familiar pode ser um bom indicador da condição de sobrevivência de produtores especializados, necessariamente sensíveis à queda de preço de sua principal mercadoria. Quando percebem que não podem produzir e comercializar a custo inferior ao preço que obtém, já não lhes resta a chance de promover uma conversão do sistema produtivo. São levados a liquidar os ativos para saldar parte de pesadas dívidas.

Mas esta é uma situação rara entre os agricultores familiares que formam a grande maioria dos que têm menos de 100 hectares. Dificilmente se especializam. E os poucos que se arriscam sempre evitam perder a flexibilidade que lhes permite alterar a estratégia de sobrevivência. Além disso, a renda dessas famílias não depende apenas da produção de seus pequenos sítios. Sempre buscaram trabalho fora. Sempre exerceram outras atividades que, em grande parte, não pertencem ao setor agropecuário. Por isso, somente neófitos podem supor que a renda familiar desse tipo de agricultor coincida com a renda agrícola de seu estabelecimento. Disparate que se torna ainda mais grave quando diversas transferências públicas reforçam sua capacidade de resistência. Principalmente a aposentadoria garantida desde 1988 pela Constituição, mas também salário-maternidade e bolsa-escola, sem falar de dezenas de programas de combate à pobreza rural ou de micro-crédito subvencionado.

Um indicador do caráter multisetorial da renda dos agricultores é o local de residência. O Censo Agropecuário de 1995/6 mostrou a enorme frequência com que os agricultores não moram no estabelecimento em sim em “zona urbana”. Por exemplo, metade dos agricultores paulistas e goianos tem esse tipo de residência. O mais curioso, contudo, é notar que entre os agricultores familiares essa tendência é inversamente proporcional à renda agrícola. Quanto menos dinheiro se tira da lavoura, maior é a propensão a se morar na sede do município, considerada urbana pelo IBGE. E é justamente essa peculiaridade das

estatísticas demográficas brasileiras que alimenta a crença de que a hiperurbanização do País se deve ao êxodo de agricultores.

Além do Brasil, só quatro países conservam essa divisão inframunicipal e administrativa entre espaços rural e urbano: El Salvador, Equador, Guatemala, e República Dominicana. Os países mais avançados sempre preferiram utilizar patamares populacionais para identificar as unidades político-administrativas que deveriam ser consideradas urbanas ou rurais. E nas últimas décadas mostraram-se muito mais apropriados os métodos que cruzam esses patamares com critérios de localização e densidade demográfica. Movimento que culminou com as sofisticadas classificações adotadas pelos EUA, França e OCDE.

O que interessa aqui, todavia, não é denunciar o delírio imposto por essa anacrônica e aberrante fronteira inframunicipal entre rural e urbano. Ao contrário, só se trata de lembrar o quanto é absurdo supor que o acelerado aumento do “grau de urbanização” aferido pelo IBGE seja evidência de que os agricultores estão saindo do campo para enfrentar o desemprego e a violência das cidades. O máximo que ele permite afirmar é que o número de domicílios que pertencem aos perímetros que as Câmaras Municipais decidiram considerar urbanos cresceu mais que o número dos domicílios localizados no entorno residual. Sem esquecer, é claro, que os perímetros urbanos de 4.990 dos 5.507 municípios podem ser quase tudo o que se quiser, menos “cidades”. A não ser que esse vocábulo tenha se tornado sinônimo de vila, povoado, vilarejo ou aldeia. Impõe-se, portanto, uma terceira pergunta: o problema seria de excesso de agricultores ou de excesso de superficialidade dos que o afirmam?